

ATA nº 32

Aos dezoito dias de agosto do ano de dois mil e doze, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária os Corpos Sociais do Atlético Clube de Vermoil. Tendo a mesma sido convocada para as vinte horas e trinta minutos e, como à hora marcada não se encontrassem presentes a maioria dos sócios, foi a mesma adiada para uma hora depois. Dada a extrema importância da reunião, bem como as exíguas condições da sede e, prevendo-se uma elevada participação, foi solicitada a sala da sede da Junta de Freguesia. Depois de gentilmente cedida, foi a Assembleia para ali transferida.

Pelas vinte e uma horas e trinta e sete minutos o presidente da Mesa, que foi Eugénio Branco Mendes, tendo Júlio Cunha e Alfredo Santos a secretariarem, deu por iniciados os trabalhos, que tiveram a seguinte Ordem: 1- Eleição de Corpos Sociais e (na ausência de listas), 2- Que futuro para a instituição?

Aberta a sessão, o presidente, depois de constatar que se encontravam na sala apenas oito (8) sócios, lamentou o facto, tanto mais que se tratava de reunião extremamente importante para a vida do clube. Informou, seguidamente, que não tinha sido apresentada qualquer lista, passando a explanar – antes da discussão do ponto dois – a real situação em que a instituição se encontra: sem Corpos Sociais, o Atlético Clube de Vermoil não pode, não tem condições legais para continuar; não se pode receber, pagar ou efetuar qualquer ato administrativo, meramente de gestão, que seja. Impõe-se, portanto, preparar o caminho para fazer cumprir os Estatutos ou, na sua omissão, a lei geral. E que, ele, como único representante legal da instituição, estava decidido a levar a cabo. Esclareceu, também, que o caminho a seguir teria que ser definitivo e rápido (cumprindo a lei) para que o ACV não mergulhasse em irregularidades sucessivas. Disse quem eram os responsáveis legais registados e que, para além destes, nenhum dos outros que os sucederam deveriam ser minimamente chamados à pedra. O caminho teria que ser, pois, a criação de uma Comissão Liquidatária, empossada devidamente e com poderes para esse derradeiro ato, se outra solução não fosse, hoje, encontrada. Abriu, então, à Assembleia a discussão a esta questão prévia, antes da entrada na discussão da parte dois da Ordem de Trabalhos. Toda a gente pareceu estar esclarecida e ninguém tinha dúvidas. Que futuro, então, para o ACV? Extingue-se e, a fazê-lo, será definitivo ou a presente Assembleia encontra solução viável para a crise diretiva...

Já com a presença de mais sócios (13), Cristina Santos, a pedido do presidente da Mesa, informou que o Atlético tem cerca de 480 sócios e, Filipe Leitão esclareceu que as contas estão fechadas e está em condições de assegurar que o problema está longe de ser financeiro. Adelino Pereira frisou que “voltámos ao mesmo: todos lamentam, mas ninguém se chega à frente!”. Miguel Martins questionou a Assembleia, na qualidade de pai, das expectativas criadas aos atletas jovens. Daniel Ponte opinou que a Direção cessante criou condições para que, continuando, os futuros responsáveis do clube teriam à sua disposição quase todo o corpo técnico: treinadores, atletas e material, bem como a continuação da prestação de serviços das AEC's, por parte dos técnicos. A extinguir o clube, todos eles (atletas e treinadores) certamente encontrariam a solução que mais lhe conviesse. Ficou patente nos diversos comentários a constatação de alguma ingratidão dos pais dos atletas e conseqüente falta de responsabilidade para ajudar a ultrapassar este impasse. Adelino Pereira, depois de constatar que os atletas de “estrada” estariam (quase todos, e desde que autorizados...) na condição de continuarem a representar o ACV, ainda que suportando eles todos os encargos, sugeriu que então porque é que eles próprios não constituem uma Direção por forma a manter vivo o clube, pelo menos por

mais um mandato? Quando se falava já na convocação de uma reunião geral com todos os tais atletas, Manuel Sobreiro chamou a atenção que o patrocínio da Derovo se manteria (embora reduzido para a próxima época), mas que era imprescindível o clube manter a formação... Quebrando o silêncio mantido até então, Alfredo Santos, munido de caneta e papel, confrontou toda a Assembleia – um a um – querendo saber de todos os presentes da sua disponibilidade para fazer parte duma lista, bem como da ajuda necessária para levar a cargo a missão de impedir a morte da Associação. Não garantindo vir a ser ele o presidente, o sócio nº 1 do Atlético comprometeu-se a, no mais curto espaço de tempo possível, a apresentar uma lista de continuidade. Então, com a garantia total de ajuda e com cerca de meia lista concluída, foi solicitada a marcação de nova Assembleia eleitoral (para 22 de setembro) já com tomada de posse na Ordem de Trabalhos. Por forma a dar cobertura legal ao trabalho a desenvolver neste período, e ressaltando-se a necessária correção se aparecer lista concorrente vencedora, foi votada e aprovada por unanimidade a constituição de uma Comissão Administrativa, com plenos poderes de gestão, até à nova Assembleia, presidida por Alfredo Santos e coadjuvada por Miguel Martins, Júlio Cunha e Adelino Pereira.

Pelas vinte e três horas e oito minutos, e como não havia mais nada de importante para ser discutido, o senhor presidente deu a Assembleia por encerrada.

Estiveram presentes, compuseram a Mesa e vão assinar:

Eugénio Branco Mendes, presidente da AG – (assinatura)

Júlio Gaspar da Cunha, secretária da AG – (assinatura)

Alfredo António dos Santos – (assinatura)